

Vidália

Boletim dos Amigos dos Açores - Associação Ecológica
Ano 2011 | N.º34



Amamentar Protege o Planeta
Centro de Documentação
Geoparque Açores
Petição de OGM's

Direitos dos Animais em
Santa Maria

Aquedutos de Ponta Delgada

Os Açores - Um destino Acessível a todos

Sumário

Editorial.....	3
Direitos dos Animais em Santa Maria.....	4
Aquedutos de Ponta Delgada.....	9
Os Açores - Um Destino Acessível para todos.....	12
Amamentar Protege o Planeta.....	16
Centro de Documentação.....	22
Geoparque Açores	23
Petição OGM's.....	32
Lista de Publicações e Artigos de Venda.....	38
Ficha de sócio.....	39
Cartoon.....	40

Telefone/Fax:
+351 296 498 004

Web:
www.amigosdosacores.pt

Email:
amigosdosacores@amigosdosacores.pt

Orgãos Sociais

Direcção

Presidente

Diogo Caetano

Secretário

Sara Nóia

Tesoureiro

Luís Mendonça

Vogais

Eduardo Santos

Nuno Fonseca

Suplentes

David Martinez Santos

Eva Almeida Lima

Conselho Fiscal

Presidente

Emanuel Ponte

Secretário

Virgílio Pereira

Vogal

Nuno Pimentel

Suplentes

Paulo Garcia

Paulo Machado

Assembleia Geral

Presidente

José Pedro Medeiros

Vice-Presidente

Eduardo Almeida

Secretário

Maria Carmo Barreto

Suplentes

António Melo Medeiros

José de Melo

Sede Social

Está instalada no edifício do Museu Local do Pico da Pedra. Ali se encontram todas as publicações editadas e uma biblioteca especializada na temática ambiental.

Os interessados poderão visitá-la todos os dias úteis das 9h às 12h e das 13h às 17h. Aconselha-se marcação prévia da visita junto da Carla Oliveira através do 296 498 004 ou carlaoliveira@amigosdosacores.pt

Vidália

Boletim dos Amigos dos Açores

– Associação Ecológica

Distribuição gratuita entre os sócios

Os artigos são da responsabilidade dos autores e não representam obrigatoriamente a posição oficial da Associação.

É permitida a reprodução e transcrição, desde que citada a fonte e o autor

Apoio
Secretaria Regional do
Ambiente e do Mar

Execução Gráfica e Impressão: EGA
Empresa Gráfica Açoreana, Lda.

O Boletim Vidália e respectivo centro de lança agora um novo documentação. O bo-
número, o 34º da sua letim contém ainda,
já longa tradição e no final, uma lista-
o primeiro do ano gem actualizada das
de 2011, mantendo publicações e artigos
o formato da última de *merchandising* da
edição. Associação.

Nesta edição são lis- Aproveitamos este
tados os novos órgãos espaço igualmente
sociais, eleitos no para relançar o rep-
início deste ano, bem to aos associados que
como são dados a co- pretendam submeter
nhecer diversos ar- textos sobre temáticas
tigos informativos e ambientais de relevo
de opinião da autoria para o nosso arquipé-
de sócios e colabora- lago, para futura pu-
dores da Associação, blicação neste mesmo
fazendo-se referên- boletim.
cia, como não podia
deixar de ser, à remo-
delação da nossa sede

Direitos dos Animais em Santa Maria

Texto e Fotos: José Andrade Melo



O Dia Internacional dos Direitos Animais (DIDA) ocorre no dia 10 de Dezembro, desde 1998, e foi criado pela influente ONG inglesa Uncaged. A sua comemoração pretende dar maior visibilidade e impulso à concretização à escala mundial da Declaração Universal dos Direitos dos Animais (DUDA), proclamada pela ONU e ratificada posteriormente pela ONU, visando chamar atenção para a necessidade de inclusão de todos os animais como sujeitos morais de direito, capazes de sentir e sofrer à semelhança dos humanos.

A DUDA fundamenta-se na condição senciente e constitutiva dos seres vivos, dotados de sistema nervoso central e criados por uma Força

Superior, que não pelo homem. Daí, a mesma dignidade que é reconhecida ao homem, também deve ser estendida às demais espécies, pois cada animal tem as suas necessidades e a sua natureza particular.

Logo no seu início, a DUDA dispõe que “os animais têm direito a serem respeitados e tratados com dignidade, devendo os seus direitos ser defendidos pela lei assim como o são os direitos humanos.”

Estendendo a acção do GBEA (Grupo Pelo Bem-estar Animal) dos Amigos dos Açores, à ilha de Santa Maria, na linha do preconizado na DUDA, assumimos a missão de dar apoio a todo o tipo de animal que seja maltratado, humilhado e em perigo de sobrevivência ou extinção,

Direitos dos Animais em Santa Maria

denunciando, agindo e colaborando em sinergia com entidades e autoridades que incubem em suas competências estes desideratos, como serviços oficiais de ambiente, autarquias e SEPNA (Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da GNR), pugnando também pelo cumprimento de convenções internacionais, diretivas europeias e legislação nacional e regional atinente à defesa dos animais.

Aqui em Santa Maria, com o intuito de dar contribuição válida para um maior reconhecimento dos direitos dos animais e aumento de sensibilidade/responsabilidade pública para o seu bem-estar, assim como criar paulatinamente uma maior massa crítica social de adultos e jovens contra situações de abandono e maus-tratos, que também vão ocorrendo por cá, a representação local dos Amigos dos Açores, em co-parceria com a Associação Juvenil e o Comando do Território dos Açores da GNR, desenvolveram nos dias 9 e 10 de Dezembro, algumas sessões de cariz pedagógico, de informação legislativa de protecção animal e esclarecimento sobre responsabilidades acometidas ao poder local (Câmara Municipal e às juntas de freguesia) e autoridades, nomeadamente o SEPNA, tendo-se deslocado propositadamente para o evento o seu responsável Regional o Sargento José Santos.

De entre o leque de atividades desenvolvidas destacaram-se as seguintes:

- Dia 9 de Dezembro, foi realizada uma reunião de trabalho com a Câmara Municipal de Vila do Porto e juntas de freguesia, tendo comparecido à chamada 6 elementos da Câmara Municipal de Vila do Porto, entre os quais o seu Presidente Carlos Rodrigues, o Vereador responsável pelo Ambiente Roberto Furtado, a Eng^a. do Ambiente Cristina Câmara e três funcionários responsáveis pela recolha e tratamento dos animais recolhidos ou entregues na autarquia. As juntas de freguesia de Almagreira, Vila do Porto, Santa Bárbara e S.Pedro também estiveram presentes, nas pessoas dos seus presidentes, trazendo também algumas delas colaboradores(as) responsáveis pelo registo e controlo de animais.

Tratou-se de uma reunião técnica muito positiva sobre as funções das juntas de freguesia e Câmara Municipal, acometidas pela lei, na área do registo, controlo, sanidade e protecção dos animais, no sentido de informar, prestar esclarecimentos, tirar dúvidas, registar dificuldades e disponibilizar a colaboração a prestar pelo SEPNA da GNR, tendo-se concertado ações conjuntas no futuro, no âmbito das competências de cada entidade.

- Dia 10 de Dezembro de manhã, foram realizadas ações de sensibilização e informação dirigidas às escolas do primeiro ciclo, tendo sido contemplados cerca de 60 alunos e 5 docentes das escolas EB1/JI de Almagreira e de D.António de Sou-

Direitos dos Animais em Santa Maria



sa Braga (Santo Espírito). Foram prelectores/formadores o representante dos Amigos dos Açores, professor José Melo, que apresentou o tema “Animais versus humanos” e o responsável regional do SEPNA, Sargento Santos, coadjuvado pelos elementos do SEPNA na ilha, Sérgio Oliveira e Pedro Leonardo, que apresentaram as funções daquele serviço, na proteção da natureza em geral e dos animais em particular. Informaram sobre as leis de defesa e bem-estar animal, dos deveres dos cidadãos no seu cumprimento, e da obrigação cívica da denúncia no caso da observação de maus-tratos para com os animais.

Estes alunos puderam ainda, visitar uma exposição sobre fauna dos Açores, patenteada pelos alunos dos 1º e 4º anos da Escola de Almagreia, no âmbito do seu PCT “Ambiente e Qualidade de Vida”, com a colabo-

ração do CADEP-CN e dos Amigos dos Açores, que forneceu diversos panfletos e brochuras sobre avifauna.

Na tarde do mesmo dia, foram realizadas outras ações de sensibilização/informação dirigidas a duas turmas do 3º Ciclo do Ensino Básico, no anfiteatro dos Serviços de Ambiente, tendo as mesmas temáticas sido abordadas, com outro grau de profundidade.

Todos os cerca de 100 alunos, assim como os(as) docentes acompanhantes, receberam diplomas de participação, crachás e desdobráveis do SEPNA sobre informações legislativas de proteção animal, deveres dos cidadãos e das entidades públicas e a Declaração Universal dos Direitos os Animais fornecida pelo GBEA dos Amigos dos Açores.

Nessa noite, também no anfiteatro dos Serviços do Ambiente,

Direitos dos Animais em Santa Maria

encerraram-se as comemorações do DIDA-SMA com uma sessão pública dirigida à população em geral, associações e serviços públicos que lidam de perto e têm responsabilidades acometidas por lei no âmbito da sanidade, segurança e bem-estar animal.

Nesta sessão o responsável local dos Amigos dos Açores, proferiu uma comunicação sobre “Os direitos dos animais à luz da DUDA e a sua tradução legislativa e aplicação em Portugal”, o professor Daniel

Gonçalves da AJISM, apresentou um projeto de alerta para a atenção a ter com os animais nas estradas, através da colocação de cartazes e, no desenvolvimento do tema central, o Sargento Santos, coadjuvado por dois colegas do SEPNA, versou sobre questões como Combate aos ilícitos, maus-tratos e abandono de animais (companhia, caça, produção, selvagens); Leis vigentes e funções do SEPNA da Guarda Nacional Republicana; Observância do seu cumprimento e Responsabi-



Direitos dos Animais em Santa Maria

lidades da Câmara Municipal e das juntas de freguesia no registo, sanidade, segurança pública, recolha e bem-estar animal.

Como balanço e em jeito de avaliação sumária, consideramos que com o DIDA-SMA 2010, os Amigos dos Açores, e os nossos parceiros de organização, deram um importante passo no desiderato de contribuir ativamente para um maior conhecimento dos direitos dos animais, aumento de sensibilidade/responsabilidade pública para o seu bem-estar, assim como criar paulatinamente uma maior massa crítica social de crianças, jovens e adultos contra situações de abandono e maus-tratos que também vão ocorrendo em Santa Maria.

Os objetivos de proporcionar informação legislativa de proteção animal e esclarecimento sobre responsabilidades acometidas ao poder local, entidades públicas regionais e autoridades, nomeadamente do SEPNA, no âmbito do registo, controlo, sanidade, segurança e promoção do bem-estar animal, também foram conseguidos, tendo-se aberto canais de comunicação entre as diferentes entidades para acerto de procedimentos e futuras ações conjuntas.

Estamos cientes que muito caminho há ainda a percorrer, mas “quem não inicia a viagem não poderá almejar o destino desejado”, sendo fundamental que todos os que têm responsabilidades e obrigações em fazer esse “percurso” na promoção

do bem-estar, animal caminhem no mesmo sentido e em estreita colaboração.

Com estas primeiras ações de sensibilização pública e reuniões de trabalho, acrescidas de um reforço necessário da ação fiscalizadora sempre em paralelo com a atuação pedagógica, e, no campo logístico, com a construção imperativa de um Centro de Recolha Municipal (canil e gatil) digno desse nome, certamente que, já em 2011, se dará um salto significativo nos cumprimentos legislativos, podendo Santa Maria tornar-se, futuramente, numa referência ao nível do Bem-estar e proteção animal, se todos trabalharmos em conjunto.

Da nossa parte vamos fazer o que nos compete, sensibilizando, formando, informando e exigindo responsabilidade e pro-actividade a quem de direito, sempre de forma colaborativa.

Agradecimentos muito reconhecidos ao SEPNA, nas pessoas do Sargento Santos e agentes locais, à nossa parceira AJISM, ao Parque Natural de Ilha pelo apoio logístico e divulgação, à Câmara Municipal de Vila do Porto pela abertura e interesse demonstrados, às juntas de freguesias pela sua participação e vontade de melhorar procedimentos e ao Asas do Atlântico e Baluarte pela divulgação.

NOTA: O Texto deste Artigo, foi escrito segundo as regras do novo acordo ortográfico da Língua Portuguesa.

Aquedutos de Ponta Delgada

Texto e Fotos: Paulo Roberto Medeiros Garcia

Desde que as populações se começaram a instalar nos Açores, a escassez de água potável foi uma das principais condicionantes ao povoamento destas ilhas. Para fazer face a esta contrariedade, construiu-se em todo o arquipélago, um valioso património de infra-estruturas de captação, adução, distribuição e armazenamento de água, como poços - de - maré, cisternas, levadas e aquedutos.

Entre este património hidráulico destacam-se, no maciço vulcânico das Sete Cidades, uma série de antigos arcos que se destinavam ao abastecimento de água dos fontanários públicos da cidade de Ponta Delgada e de algumas

freguesias circunvizinhas das Sete Cidades.

Convém lembrar que até 1521, os habitantes da cidade de Ponta Delgada consumiam água de poços - de - maré, que sendo salobra, era imprópria para beber, por apresentar níveis de salinidade elevados. Em 1521, por alvará de D. Manuel I, os moradores de Ponta Delgada foram fintados para as despesas de construção e manutenção de uma rede de aquedutos.

O maior e o mais emblemático aqueduto da ilha, é sem dúvida o “Muro das Nove Janelas”, assim conhecido pelos seus nove arcos, cinco superiores e quatro inferiores. Cândido Abranches, no



Muro das Nove Janelas

Aquedutos de Ponta Delgada

“Album Micaelense”, de 1869, refere-se do seguinte modo a este aqueduto: “No meio das serras, na que tem o nome de Serra Devassa, por ser logradouro público, e quase junto à sua nascente, há uma série de arcos por cima dos quais passam as águas, tendo de distância em distância vigias.

No começo destes há um elevado muro reconstruído em 1830, a que se dá o nome de muro das nove

janelas, em razão de outras tantas aberturas em forma de pequenos arcos que tem; no meio há um grande servindo de base e dando escoamento às águas que da serra emanam; quatro outros pequenos ficam acima deste e em andar superior mais cinco nos intervalos dos quatro. Estes arcos ou janelas foram abertos para dar passagem ao vento que com fúria reina naqueles lugares, no inverno”.



Aqueduto do Muro das Nove Janelas

Próximo deste aqueduto e junto ao Pico do Carvão, existe um outro troço de basalto, com uma

extensão de cerca de 150 m, apresentando nos extremos torres de vigia.



Aqueduto do Carvão

Aquedutos de Ponta Delgada

Situado junto à Grotta do Figueiral, podemos encontrar um pequeno troço de considerável beleza, conhecido por Aqueduto da Água Nova, com cerca de 70 m e 10 ar-

cos de volta inteira, suportado por contrafortes de forma a resistir aos ventos fortes, que por vezes se fazem sentir naquele local.



Aqueduto da Água Nova

Nos Ginetes, junto à Fonte do Sapateiro é possível observar um aqueduto formado por um único arco, datado de 1778, que transportava a água da nascente para os fontanários da freguesia e bebedouros para o gado.



Aqueduto da Fonte do Sapateiro



Aqueduto da Grotta do Batizado

Embora sem a monumentalidade dos anteriores, é possível observar junto à Lagoa do Peixe, por entre uma pequena mata de *Criptoméria*, um pequeno arco de pedra que atravessa a Grotta do Baptizado.

Apesar de voltadas ao abandono, estas obras hidráulicas apresentam-se como um importante testemunho na história do abastecimento de água à população do concelho de Ponta Delgada.

Os Açores - Um destino acessível para todos

Texto e Fotos: Adriano Corvelo Pacheco

Num tempo em que existe uma crescente visibilidade e tomada de consciência relativamente às questões sociais e ambientais, e tendo em conta que o Turismo é um foco de contínua discussão no nosso arquipélago de há vários anos para cá, aproveito este espaço para fazer uma abordagem à temática do Turismo Acessível Para Todos. Para tal, vou procurar fazer uma referência generalizada ao que já existe nos Açores, mais concretamente São Miguel, ao nível de infra-estruturas de apoio e informação e no que poderá ser feito para melhorar a oferta associada a este que é considerado um nicho de mercado com grande potencial económico.

Antes de mais, o Turismo Acessível para Todos, ou somente, Turismo Acessível define-se como um conjunto de infra-estruturas, equipamentos e serviços, que permitem o fácil acesso de todas as pessoas, incluindo aquelas com limitações físicas ou mentais, que podem ser temporárias ou permanentes, nomeadamente no que toca à mobilidade, às actividades características do Turismo, como o alojamento, alimentação, transportes e qualquer outro tipo de actividade, designadamente no âmbito da animação turística.

Se é verdade, pelo menos para os minimamente atentos, que temos assistido a uma crescente de implantação de estruturas de acesso, na maioria dos casos rampas, em di-

versas categorias de estabelecimentos, como restaurantes, bares, hotéis, igrejas ou museus, há que ter noção, que apesar de ser uma medida de louvar, apenas isso não confere aos diferentes edifícios em questão a designação de “acessível para todos”. Existe todo um outro tipo de estruturas de apoio essenciais para satisfazer as necessidades destes públicos especiais, nomeadamente casas de banho adaptadas, balcões com dimensões que permitam, por exemplo, o acesso a pessoas instaladas em cadeiras de rodas e no caso dos hotéis ou outras unidades de alojamento, a existência de, no mínimo, um quarto preparado para receber utilizadores com necessidades específicas. No entanto, na realidade estes quartos para além de escassos estão também, regra geral, mal adaptados, assemelhando-se a salas de fisioterapia ou quartos de hospital. Na opinião da Ana Garcia, Directora da Accessible Portugal, a primeira agência de viagens portuguesa vocacionada para pessoas com mobilidade reduzida, estes quartos apresentam-se muitas das vezes “sobre equipados”, dando um ar desagradável em vez de acolhedor, quando convém não esquecer que estamos a lidar com “clientes” e não “utentes”. De qualquer forma, confesso que no que concerne a este tópico desconheço a situação da hotelaria açoriana e micaelense.

Olhando para a vertente Na-

Os Açores - Um destino acessível para todos

tureza e actividades ao ar livre, deparamo-nos nos Açores com grandes limitações na oferta direccionada para indivíduos com algum tipo de incapacidade. Temos, na nossa região, condições e características propícias à realização de actividades direccionadas e vocacionadas para públicos com características especiais, como ficou patente aquando da rodagem do programa televisivo “Salvador” no nosso arquipélago.

“Salvador” é um programa inédito, apresentado por Salvador Mendes de Almeida, tetraplégico desde os 16 anos, que desafia em cada episódio um convidado com algum tipo de deficiência a superar os seus limites através de actividades radicais. Neste programa filmado nos Açores, o convidado efectuou, entre outras actividades, canoagem na Lagoa das Sete Cidades e parapente.



Joelite – Equipamento que permite o transporte de indivíduos com mobilidade reduzida em terrenos acidentados, com o auxílio de outras duas pessoas.

Os Açores - Um destino acessível para todos

Contudo, e voltando um pouco atrás, não existe nas nossas ilhas uma oferta organizada e integrada dirigida a este segmento e isso espelha-se na falta de informação relativa a acessibilidades e possíveis actividades a desenvolver em cada local por aqueles que nos visitam com dificuldades de mobilidade ou qualquer outro tipo de incapacidade. Uma possível forma de combater esta lacuna seria através da elaboração de um roteiro de acessibilidades ao nível de ilha. O propósito deste seria reportar quais as infra-estruturas e serviços turísticos, hotéis, pousadas, restaurantes, táxis, entre outros, preparados para receber clientes com necessidades especiais e o respectivo grau de acessibilidade. Com este roteiro a ideia seria também fazer referência aos locais marcadamente turísticos, dos quais se destacam entre os demais, as caldeiras das Sete Cidades e Furnas, informando acerca das actividades de animação turística oferecidas nestes locais que se poderiam adequar aos portadores das variadas tipologias de incapacidade, motora, visual, auditiva, mental ou social.

Pegando nos casos das Sete Cidades e Furnas seria exequível, sem entrar em grandes intervenções, definir pequenos percursos pedestres acessíveis circundando as respectivas lagoas, tendo como base os trajectos já demarcados. Seria, para tal, necessário nestes locais,

designadamente no troço que nos leva até ao túnel das Sete Cidades, criar uma “pista” com um piso tratado, anti-derrapante, regular e uma largura que possibilitasse o cruzamento de duas cadeiras de rodas. Este mesmo traçado poderia servir igualmente os deficientes invisuais, que ao caminharem nesta pista teriam, pelo contraste de pisos, uma orientação. Estas medidas dariam a estes indivíduos uma autonomia e independência, das quais geralmente não gozam, e a possibilidade de desfrutar do contacto com a Natureza.

Se nos aspectos falados anteriormente existe ainda muito a fazer de modo a que os Açores possam ser considerados um destino turístico acessível, pelo menos no que diz respeito às zonas balneares já têm sido tomadas diversas medidas nesse sentido. Desde 2005, ano em que se iniciou o projecto “Praia Acessível – Praia para Todos” no nosso arquipélago, o número de praias a ostentar este galardão tem aumentado gradualmente de ano para ano, sendo que em 2011 são 14 as zonas balneares dos Açores que viram este galardão ser-lhes atribuído. Destas, 8 localizam-se em São Miguel, que passo a nomear, Praia das Milícias, Poços de São Vicente, Zona Balnear da Lagoa, Areal de Santa Bárbara, Praia dos Moinhos, Zona Balnear das Poças da Ribeira Grande, Praia da Vinha da Areia e Praia do Fogo.

Os Açores - Um destino acessível para todos

Para ser atribuída esta classificação as zonas balneares devem obedecer aos seguintes critérios:

- Acesso pedonal fácil;
- Estacionamento ordenado com lugares para as viaturas ao serviço das pessoas com deficiência;
- Acesso à zona de banhos de nível, por rampa ou com recurso a meios mecânicos;
- Passadeiras no areal;
- Sanitários acessíveis;
- Posto de socorros acessíveis.



Como factores opcionais consideram-se, ainda, o acesso a bares e restaurantes e a existência de equipamentos anfíbios de auxílio ao banho.

Posto isto e não querendo ser demasiado crítico, tenho algumas dúvidas que todas estas zonas balneares cumpram na íntegra estes requisitos obrigatórios.

Em jeito de conclusão e tendo em conta o que foi dito, a minha ideia não é a de que os Açores passem a ser vistos e promovidos como

um destino de turismo acessível por excelência, como acontece ao nível português com a Lousã, que se apresenta como o primeiro destino para turismo acessível em Portugal. Passará sim pelo nosso arquipélago continuar a ser divulgado como um destino de Natureza, mas que esteja preparado para receber e servir adequadamente todos os tipos de público, ou seja, que os Açores sejam reconhecidos como um destino de Natureza para Todos.

Amamentar Protege o Planeta

Texto e Foto: Maria Amélia Cunha

A Organização Mundial de Saúde (OMS/UNICEF, 2001) norteia o delineamento de estratégias para a protecção, para a promoção e para o apoio do aleitamento materno. Recomenda-se que toda a criança deve ser amamentada exclusivamente ao seio materno durante os primeiros 6 meses de vida; a partir de então deve introduzir-se gradualmente os alimentos complementares, mantendo-se a amamentação ao seio até aos dois anos de idade ou mais.

Estas medidas prevêm reduzir as taxas de mortalidade e morbilidade infantil.

Segundo ainda a OMS/UNICEF (1990) o aleitamento materno é considerado uma política de saúde e de nutrição infantil que merece o contributo de toda a comunidade.

Por seu lado, a Direcção-Geral de Saúde (2004) refere que “Para mais ganhos em saúde de uma forma global, tendo em conta a situação da União Europeia e a situação em Portugal, definem-se como prioritárias as estratégias centradas na família e no ciclo de vida (...)”. De realçar que o papel do pai é fundamental na promoção, protecção e apoio ao aleitamento materno pois também irá influenciar a tomada de decisão mãe/casal para amamentar.

Sabia que ao amamentar evita o desperdício de recursos naturais e



protege o meio ambiente?

Há uma inter-relação directa entre a amamentação e o ambiente.

Amamentar protege o planeta porque o leite materno é um produto natural, biologicamente adaptado, isto é específico de cada mamífero e adequado para o crescimento e desenvolvimento das suas crias (Lawrence, 1999). Simultaneamente, porque a produção de leite de vaca, de biberões, de tetinas e de outros produtos, na sua maioria não recicláveis e não biodegradáveis, utilizados na embalagem do leite em pó implica elevados gastos energéticos e de recursos, origina grande quantidade de desperdícios e conduz à libertação de toxinas e de gases poluentes na atmosfera (Albuquerque, 2001).

Contrastando com as razões já

Amamentar Protege o Planeta

expostas, o leite materno é o único alimento produzido sem trabalho e que se entrega ao consumidor sem se deteriorar, sem causar desperdícios e sem necessidade de o embalar (WABA, 1997).

As vantagens ecológicas do leite materno baseiam-se no facto de ser um produto natural, renovável, não contaminado e auto-suficiente. A sua produção e distribuição não requerem energia, não utiliza recipientes que tenham que ser reciclados e não precisa de ser transportado. É uma prática ecológica viável, que se deve promover, proteger e apoiar (Carvalho, 2005).

Indiferentes ao facto de o leite materno ser um recurso natural, renovável e de elevado valor biológico, alheios à constatação da amamentação ser um direito ecológico de todos os mamíferos, a espécie humana é a única que oferece leite artificial ou de outros animais às suas crias (Carvalho, 2005). Ao oferecer leite que não o materno altera-se a cadeia alimentar natural.

O leite materno, cuja composição varia não só ao longo da refeição, como da hora do dia e da idade da criança, tem componentes com propriedades inimitáveis. São indiferenciadamente beneficiados: a criança, a mulher, a família e a sociedade.

As vantagens mais divulgadas em campanhas de promoção do aleitamento materno são as rela-

cionadas com a criança. Resumindo-se ao facto do leite humano conter os nutrientes em qualidade e quantidade necessárias a propiciar um desenvolvimento harmonioso e adequado à criança. Logo, depreende-se que permite prevenir danos da super alimentação, comuns em determinadas comunidades e que se reflectem na vida adulta, como a obesidade e os problemas cardiovasculares.

O leite materno está adaptado à imaturidade do organismo do bebé; previne infecções gastrointestinais, respiratórias, urinárias, dos ouvidos e problemas de estômago; protege-o das alergias e reduz o aparecimento de eczemas; contém água em quantidade suficiente (mesmo em climas quentes e secos, o bebé que faz aleitamento materno não precisa de suplemento de água); assegura o seu crescimento e desenvolvimento até aos 6 meses de vida; desfruta de uma melhor adaptação a outros alimentos; melhor desenvolvimento mental; melhora a formação da boca e dentes direitos; ajuda a diminuir a dor pelas endorfinas que contém; estabelece uma relação privilegiada entre mãe e filho.

Para a mulher é um prazer único de amamentar; favorece a rápida recuperação da forma física; a involução uterina é mais precoce e as gorduras acumuladas durante a gravidez são utilizadas na produção de leite; atrasa a menstruação permitindo o armazena-

Amamentar Protege o Planeta

mento de ferro; associa-se a uma menor probabilidade de ter cancro da mama e dos ovários; diminui o risco de osteoporose.

Importante para o espaçamento das gravidezes, este é um método contraceptivo temporário, baseado no efeito natural da amamentação sobre a fertilidade (DGS, 2008).

Para a família é o mais económico; os bebés amamentados adoececem menos, o que se traduz em menor preocupação, mais tempo para toda a família, menor absentismo no trabalho e também permite maior mobilização.

A correlação entre o aleitamento materno e a violência é demonstrada em alguns estudos sendo de menor índice de violência nos núcleos familiares onde ocorre a prática da amamentação. O aleitamento materno é um elemento que favorece a aproximação e a união familiar.

Para a Sociedade: Amamentar é um acto ecológico.

Amamentar reduz o impacto ambiental pois diminui os resíduos resultantes de embalagens em pó ou de biberões. Os acessórios utilizados são de plástico, de vidro, de borracha e de silicone, geralmente reutilizáveis mas raramente reciclados após o seu tempo de vida útil.

A maioria dos plásticos deriva do petróleo, raramente reciclados por falta de equipamento adequados e dificuldade na separação dos

vários tipos. Ao incinerar pode conter dioxinas e outros elementos tóxicos à atmosfera.

A maioria dos leites artificiais provém do leite de vaca transformado em pó. O seu processamento, semelhante ao do leite de soja, passa por várias fases, desde ser pasteurizado, desnatado, filtrado, aquecido, homogeneizado, arrefecido e seco.

A energia gasta para atingir as temperaturas e os procedimentos adequados têm como consequência a poluição do ar, assim como o uso de recursos naturais, por exemplo o combustível.

Antes do seu processamento o leite tem de ser transportado, bem como a lata, o papel, os biberões e outros materiais envolvidos aquando da utilização do leite não humano. Também após o seu empacotamento é distribuído, na sua maioria, vindo de países distantes até chegar ao consumidor.

A produção de biberões e tetinas é cara, usa diversos recursos naturais, causa poluição na sua produção e distribuição, gera resíduos no seu empacotamento, promoção e exposição.

A produção de leite de vaca, em pó ou in natura implica haver pastagens devastando-se matas. A erosão, a exaustão dos solos, o aumento de gases que contribuem para o efeito estufa, assim como a redução da flora e fauna são fruto da alteração do solo.



Amamentar Protege o Planeta

A criação de gado contribui para a formação da chuva ácida. O amoníaco libertado reage com o dióxido de enxofre, que se encontra no ar em países desenvolvidos, produzindo sulfato de amoníaco que ataca as folhas e se converte em ácido nítrico e sulfúrico ao atingir o solo.

Através das fezes e de flatos as vacas libertam metano, gás importante para o fenómeno estufa. Concomitantemente, para aumentar a produção da sua alimentação são usados fertilizantes nitrogenados que são muito solúveis, podendo contaminar os lençóis de água. Estes juntamente com os detritos dos animais são as principais causas do excesso de plantas em algumas lagoas, lagos e rios. Por outro lado, a decomposição consome o oxigénio da água induzindo mau cheiro e devastando a vida ali existente.

A água e a energia que são consumidas para esterilizar os utensílios e na preparação do leite artificial estão disponíveis no mundo industrializado, mas não são motivo para se desperdiçar.

Actualmente existe em recipiente próprio leite pronto com biberão e tetina, o que significa que não vão reutilizar estes acessórios.

As latas de alumínio com rótulos de papel e a propaganda usadas para a divulgação do produto

acrescem no impacto ambiental.

A 34.º Assembleia Mundial de Saúde aprovou em 21 de Maio de 1981 o «Código Internacional de Comercialização dos Substitutos do Leite Materno». Em Portugal foi adoptado este Código de Ética (DGS, 1981; OMS/UNICEF, 2001).

O leite materno não requer o uso de gás ou de electricidade pois está sempre pronto e na temperatura ideal para o bebé, não produz resíduos desnecessário e o “recurso natural” que gasta são as calorias da mãe.

Com a abordagem do tema “Amamentar protege o planeta” pretendeu-se, para além de despertar a consciência ecológica, prover mais um argumento para que a sociedade apoie as mulheres que desejam amamentar, garantindo os seus direitos.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Albuquerque, R.M.A. (2001). Aleitamento Materno: um Ato Ecológico In J.D. Rego,

Aleitamento Materno. São Paulo. Rio de Janeiro, Belo Horizonte: Atheneu, 313-20.

Carvalho, M. R. (2005). Amamentar es un acto ecológico. In M. J. Aguilar Cordero, Lactancia

Materna. Madrid: Elsevier 555-61.

Lawrence, R.A. e Howard, C. R. (1999). Given the benefits of breast-feeding: Are there any contraindications? Clinical Perinatology 26, 479 - 490.

OMS/UNICEF (1990). Declaração de Innocenti sobre a Protecção, Promoção e Apoio do Aleitamento Materno. Florença.

OMS/UNICEF (2001). Resoluções e outras acções da 54ª Assembleia Mundial da Saúde de interesse para o comité executivo da OPAS, 128ª Sessão do Comité Executivo. Disponível em http://www.paho.org/portuguese/gov/ce/ce128_25-p.pdf. [acedido em 22/12/2010].

PORTUGAL. Direcção-Geral da Saúde. Código de Ética Substitutos do Leite Materno: biberões e tetinas.1981. Direcção-Geral de Saúde: EPNC. 5 p.

PORTUGAL. Ministério da Saúde. Direcção-Geral da Saúde. Plano Nacional de Saúde 2004-2010: Mais saúde para todos. Lisboa: Direcção-Geral da Saúde, 2004 Vol II – Orientações estratégicas.

WABA (1997).World Breastfeeding week. Action folder online 1997, Breastfeeding:Nature's

Way. Disponível em <http://www.waba.org.my/women.work/planacte.htm>. [acedido em

22/12/2010].

PORTUGAL. Direcção-Geral da Saúde. Programa Nacional de Saúde Reprodutiva: Saúde Reprodutiva/ Planeamento familiar/ Direcção-Geral da Saúde (orientações técnicas). Lisboa. DGS. 2008. 67 p.

Centro de Documentação

Texto: Adriano Corvelo Pacheco

O Centro de Documentação dos Amigos dos Açores reúne duas vertentes, uma em formato escrito e outra em formato digital. A primeira consiste numa biblioteca que conta com um vasto espólio bibliográfico que abrange diversas temáticas, com especial incidência nas temáticas de cariz ambiental, nomeadamente, vulcanologia, energias, resíduos e água. A segunda trata-se de um conjunto de material multimédia de carácter didáctico, recreativo e informativo nos vários formatos, VHS, CD e DVD.

Ao longo das mais de duas décadas de existência da nossa associação, o centro de documentação tem vindo a crescer e a ser enriquecido gradualmente, ora através da aquisição de exemplares pela própria associação, ora por ofertas que surgem da parte de sócios ou outras entidades.

Tendo em conta, que actualmente, o Centro de Documentação dos Amigos dos Açores conta já com aproximadamente 4000 exemplares, surgiu então, a necessidade de criar na nossa sede, um suporte físico que pudesse acomodar todo este pecúlio, visto que o local onde estava depositado já tinha ultrapassado a sua capacidade máxima há algum tempo e não se encontrava no mesmo edifício da actual

sede, possibilitando igualmente um contacto mais directo aos nossos associados. Desta forma e conforme previsto no Plano de Actividades para este ano, tratou-se da aquisição do mobiliário para tal efeito, no caso uma estante, e procedeu-se assim, à reorganização do centro documental, conferindo todos os livros já catalogados e organizando-os ordenadamente e posteriormente catalogando aqueles que por terem sido adquiridos mais recentemente ainda não o tinham sido. Todos estes dados constam de uma base dados inserida em software próprio. Esta foi uma tarefa que envolveu longas horas de trabalho e dedicação e como tal agradecemos às estagiárias da Escola de Formação Turística e Hoteleira, Sílvia Cabral e Cláudia Barbosa, pela preciosa ajuda que prestaram durante o seu estágio na nossa Associação.

Presentemente, o Centro de Documentação encontra-se exposto na sede dos Amigos dos Açores e à disposição de todos aqueles que o pretendam consultar. Poderá auxiliar as suas pesquisas recorrendo à nossa base dados ou através da página Web da Associação (www.amigosdosacores.pt), a qual contém a listagem inteira de obras e material multimédia que compõem o Centro de Documentação.

Geoparque Açores

Texto e Fotos: Eva Almeida Lima

Paisagem Vulcânica dos Açores

O arquipélago dos Açores, localizado em pleno Atlântico Norte e na junção tripla das placas litosféricas Euro-asiática, Norte Americana e Africana (ou Núbia), é composto por 16 grandes edifícios vulcânicos (vulcões poligenéticos), na sua maioria truncados por uma caldeira no topo, 9 dos quais estão activos. Adicionalmente, a paisagem açoriana é constituída por cerca de 1750 vulcões monogenéticos (cones de escórias e de salpicos de lava

- spatter, domos, anéis de tufos, cones surtseianos e fissuras eruptivas), quer dispersos pelos flancos e caldeiras dos referidos vulcões poligenéticos, quer integrando as 11 cordilheiras vulcânicas (zonas de vulcanismo fissural basáltico).

A paisagem do arquipélago dos Açores apresenta um vasto conjunto de morfologias, estruturas e rochas que resultam, entre outros factores, da natureza dos magmas, do tipo de erupção que as originou, da sua dinâmica e da posterior actuação dos agentes externos da hidrosfera,



Geoparque Açores

atmosfera e biosfera. A geodiversidade presente nos Açores retrata elementos intimamente ligados às dinâmicas da Terra, em especial, ao vulcanismo e à tectónica, constituindo um laboratório natural de

geodiversidade.

A expressão desta diversidade manifesta-se em cordilheiras vulcânicas, caldeiras, lagoas, fajãs, lajidos, etc.





Geoparque Açores

Geoparque Açores

Um Geoparque promove valores como a conservação da natureza (nomeadamente pela preservação de geossítios de particular importância), a responsabilidade e consciencialização ambiental (através de actividades de sensibilização e educação ambiental e de divulgação científica) e o desenvolvimento regional, estimulando a actividade económica e o desenvolvimento sustentável das suas populações, especialmente através do desenvolvimento de actividades

tradicionais relacionadas com o vulcanismo do arquipélago (artesanato, gastronomia, tradições e costumes) e fomentando a divulgação dos recursos regionais.

Dado o carácter arquipelágico da Região, o Geoparque Açores assenta numa rede espacial de geossítios dispersos pelas nove ilhas e zona marinha envolvente, que garante a representatividade da geodiversidade açoriana e a sua história geológica, com estratégias de conservação e promoção comuns e uma estrutura de gestão com apoios em todas as ilhas.







“Erupções de sabores, aromas e experiências...”

Percursos pedestres, geotours e visitas a cavidades vulcânicas abertas ao público são algumas das actividades disponíveis para quem queira desfrutar do contacto com a natureza, potenciando as paisagens vulcânicas açorianas, nas suas múltiplas vertentes. Existem, também, diversas infraestruturas culturais como museus, termas, centros de interpretação ambiental e observatórios de ciência que proporcionam a interpretação da natureza açoriana, sua cultura e tradições. Adicionalmente os

Açores oferecem uma rica gastronomia (cujo expoente máximo é cozido elaborado no vulcão das Furnas), património edificado e cultural e actividades náuticas (incluindo mergulho e observação de cetáceos), actividades radicais e observação de aves.

Estão enraizadas na população açoriana diversas práticas de usufruto das manifestações secundárias de vulcanismo, como são: banhos em piscinas de águas termais; ingestão de águas mineralizadas e gasocarbónicas de reconhecidas propriedades terapêuticas; utilização de lamas como pelóides (geomedicina); degustação da gas-

Geoparque Açores

tronomia cozinhada no vapor das caldeiras do vulcão Furnas.

Em algumas paisagens açorianas coexistem aspectos geológicos e culturais com elevado valor patrimonial, entre os quais se incluem as paisagens vinícolas e vitivinícolas, campos agrícolas com rendilhado de muros de pedra seca, maroiços, fortificações militares construídas com rochas locais e diverso património imóvel (antigos solares, mosteiros e igrejas) ornamentado com rochas de cantaria. Alguns destes elementos geológico-culturais potenciam a promoção de itinerários geológicos em centros urbanos, proporcionando a compreensão da história local a par da utilização das matérias-primas

e recursos endógenos e, em várias ocasiões, a associação da geologia do local com o modo como se processou o povoamento e desenvolvimento da cidade, ou vila e, ainda, a toponímia dos locais.

Existem também algumas manifestações de fé e devoção religiosas intimamente relacionadas com a ocorrência de fenómenos naturais catastróficos, em especial os fenómenos vulcânicos e sísmicos que assolam com alguma frequência estas ilhas. Estas manifestações incluem romarias e procissões, a devoção ao Senhor Santo Cristo dos Milagres e as Festas do Divino Espírito Santo, estas últimas em todas as ilhas do arquipélago.

No arquipélago existem alguns



Geoparque Açores

produtos com nomes associados à génese destas ilhas, como por exemplo diversos vinhos, licores e aguardentes: Lajido, Magma, Terras de Lava e Pedras Brancas, sendo que este último, pertencente a uma cooperativa graciosense possui igualmente outros produtos com a mesma marca, tais como biscoitos, queijadas, alhos e meloas.

Também alguma toponímia cor-

rente nas ilhas açorianas advém da sua génese vulcânica, como os lajidos, lagedo, lajes, biscoitos, bocas-de-fogo, quenturas, entre outros.

Pretende-se, então, valorizar e desfrutar dos aspectos ambientais e culturais mantendo, contudo, preocupações ao nível do impacto nos recursos naturais e paisagísticos e nas comunidades locais, sua economia e estilo de vida.





Considerações Finais

É inegável o potencial da Geo-diversidade e Geopaisagens do arquipélago dos Açores, mas para o seu desenvolvimento equilibrado e sustentável terá de coexistir uma boa gestão da sua exploração com a implementação de políticas de geoconservação.

Em jeito de conclusão, relembra-se que o Geoparque Açores afirma-se como um território que combina a protecção e a promoção do seu

património geológico (geoconservação) com o desenvolvimento sustentável das suas populações ao nível ambiental, territorial, socioeconómico e cultural.

Conhecer os vulcões, as lagoas, as vinhas, as plantações de chá, mergulhar no oceano azul, observar cetáceos, calcorrear a pé as ilhas e degustar o cozido das Furnas, a doçaria regional e os vinhos regionais, são algumas das muitas sugestões para desfrutar no arquipélago.

O cultivo de variedades de organismos geneticamente modificados (OGM) é, frequentemente, contestado pelas populações de diversas partes do mundo, pelo conjunto de ameaças para a saúde pública, o ambiente e o desenvolvimento da agricultura tradicional.

No entanto, numa atitude exemplar, representantes políticos de diversas partes do mundo já as declararam livres de OGM, como sucedeu, por exemplo, em vários municípios portugueses e na Região Autónoma da Madeira.

Os Açores, enquanto região rica em agricultura tradicional, primam pela sua singularidade no que respeita às práticas agrícolas, caracterizadas por uma associação com os valores naturais e agro-ambientais. Estas práticas poderiam ser fortemente ameaçadas pelo cultivo de organismos geneticamente modificados, que se baseiam num modelo de agricultura intensiva com forte recurso a produtos agro-químicos agressivos para o ambiente.

Por outro lado, o tipo de agricultura de produção massiva associada aos OGM, em coexistência com os cultivos con-

vencionais, poderia colocar em causa as tradições agrícolas locais regionais, uma vez que as variedades tradicionais poderiam, facilmente, acabar por se converterem, também, em transgénicas.

Neste sentido e numa iniciativa conjunta dos Amigos dos Açores - Associação Ecológica e a Gê-Questa – Associação de Defesa do Ambiente foi lançada uma petição solicitando aos responsáveis políticos uma atitude exemplar, baseada no Princípio da Precaução, que materialize a proibição da introdução no Arquipélago dos Açores de variedades vegetais geneticamente modificadas e que a Região Autónoma dos Açores seja declarada zona livre de cultivo de variedades de OGM.

Informamos que a petição, que reuniu 1415 assinaturas, foi entregue no sistema de petições online da Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores.

Independentemente da União Europeia determinar se os seus estados-membros são ou não dotados de capacidade de decisão em termos de OGM, espera-se uma opção exemplar

da RAA contra os OGM em solo açoriano.

Transcrevemos, na íntegra, a petição lançada:

Petição Pela proibição do cultivo de variedades de organismos geneticamente modificados (OGM) na Região Autónoma dos Açores

Sua Excelência Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ALRAA)

Sua Excelência Presidente do Governo Regional dos Açores

Suas Excelências Presidentes dos Grupos Parlamentares à ALRAA

Sérgio Diogo dos Santos Caetano, com o número de identificação civil 11454322, Presidente da Direcção dos Amigos dos Açores – Associação Ecológica, com morada em Avenida da Paz, 14, 9580-053 Pico da Pedra e Orlando Manuel Labrusco Félix Guerreiro, com o número de identificação civil 11061433, Presidente da Direcção da Gê-Questa – Associação de Defesa do Ambiente, com morada

em Ao Forte Grande de São Mateus da Calheta, 9700-702 Angra do Heroísmo, respectivamente primeiro e segundo signatário da presente Petição, vem, conjuntamente com os abaixo-assinados, solicitar a V. Exa. que dê provimento à mesma, nos termos e fundamentos apresentados.

Considerando que os Açores primam pela sua singularidade no contexto nacional e internacional no que respeita às práticas da actividade agrícola, caracterizadas por uma associação com os valores naturais e agro-ambientais.

Considerando que o arquipélago dos Açores dado às suas características edafo-climáticas - solos férteis, chuvas frequentes e clima ameno - se revela uma zona rica em agricultura tradicional, onde incluso se destaca pela qualidade dos produtos regionais certificados, servindo de exemplo a Melo de Santa Maria, o ananás de São Miguel, o alho da Graciosa, as laranjas da Terceira ou os vinhos do Pico.

Considerando que as sementes convencionais utilizadas na agricultura tradicional, constituem uma herança

genética de valor intrínseco incalculável que cabe a todos nós preservar para as gerações vindouras.

Considerando que a introdução e o cultivo de organismos geneticamente modificados são frequentemente contestados como colocando sérias ameaças para a saúde pública, o ambiente e o desenvolvimento da agricultura tradicional.

Considerando a falta de estudos científicos por parte de entidades de reconhecida competência técnica que comprovem a não existência de riscos para a saúde pública relativamente ao cultivo e consumo de organismos geneticamente modificados.

Considerando que o cultivo de organismos geneticamente modificados está baseado num modelo de agricultura intensiva com forte recurso a produtos agro-químicos, de fabrico exterior à região, cujo uso frequente constitui uma séria agressão ao ambiente.

Considerando que, tanto o tipo de agricultura de produção massiva à qual os OGM estão intimamente associados, como a coexistência de cultivos

convencionais em simultâneo com cultivos contendo OGM, colocam em causa as tradições agrícolas locais regionais, bem como o facto de sujeitarem as variedades de cariz local a uma contaminação genética irreversível, levando a que as variedades tradicionais acabem por converter-se também em transgénicas.

Considerando tratar-se de numa região que se faz enaltecer por um turismo de natureza não se podem assumir atitudes susceptíveis de hipotecar a sensível e característica biodiversidade arquipélágica.

Assim, atendendo ao Princípio da Precaução, os signatários da presente petição solicitam:

- A proibição da introdução no Arquipélago dos Açores de variedades vegetais geneticamente modificadas.

- A proibição da introdução na região de material de propagação (vegetativo ou seminal) que contenha organismos geneticamente modificados, mesmo quando destinados à sua utilização em campos de carácter experimental.

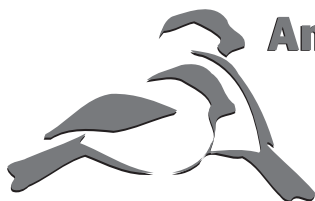
- A definição de um regime contra-ordenacional e de



sanções acessórias, tais como a interdição do exercício da actividade principal, para as infracções associadas a estas proibições.

- A declaração da Região Autónoma dos Açores zona livre de cultivo de variedades de organismos geneticamente modificados.

Lista de Publicações e Artigos de Venda



Amigos dos Açores Associação Ecológica

Livros	Associados	Não Associados
Flora Vascular dos Açores – Prioridades em Conservação	€ 5,00	€ 8,00
Lagoas e Lagoeiros de São Miguel	€ 7,50	€ 12,50
Paisagens Vulcânicas dos Açores	€ 5,00	€ 8,00
Pedestrianismo e Percursos Pedestres	€ 3,00	€ 6,00
Gruta do Carvão – Património Geológico da Ilha de São Miguel	Grátis	€ 5,00
Cavidades Vulcânicas dos Açores	Grátis	€ 5,00
Plantas dos Açores	Grátis	€ 5,00
Plantas Usadas na Medicina Popular	Grátis	€ 5,00
Migrações de Aves	Grátis	€ 2,00
Amigos dos Açores – 20 Anos em Prol do Ambiente	Grátis	€ 5,00
Parque Natural Regional da Plataforma Costeira das Lajes do Pico	Grátis	€ 2,50
Lagoas do Congo e dos Nenúfares	Grátis	€ 5,00
Roteiros		
Percurso Pedestre Praia – Lagoa do Fogo	Grátis	€ 2,00
Percurso Pedestre Pico da Vara	Grátis	€ 2,00
Percurso Pedestre da Caloura	Grátis	€ 2,00
Percurso Pedestre das Furnas	Grátis	€ 2,00
Percurso Pedestre das Sete Cidades	Grátis	€ 2,00
Percurso Pedestre do Salto do Cabrito	Grátis	€ 2,00
Percurso Pedestre do Sanguinho	Grátis	€ 2,00
Percurso Pedestre Pico da Urze – Fajã de Santo Cristo – Fajã dos Cubres	Grátis	€ 2,00
Percurso Pedestre Ponta Garça – Ribeira Quente	Grátis	€ 2,00
Percurso Pedestre Água Retorta – Sanguinho – Faial da Terra	Grátis	€ 2,00
Percurso Pedestre Caldeirinhas – Pico da Esperança – Fajã do Ouvidor	Grátis	€ 2,00
Percurso Pedestre da Ponta da Madrugada	Grátis	€ 2,00
Percurso Pedestre de Santo António	Grátis	€ 2,00
Percurso Pedestre Agrião - Ribeira Quente	Grátis	€ 2,00
Percurso Pedestre Moinhos da Ribeira Funda	Grátis	€ 2,00
Percurso Pedestre Alminhas/Terras de Nosso Senhor	Grátis	€ 2,00
Percurso Pedestre Mata do Canário - Sete Cidades	Grátis	€ 2,00
Roteiros Pedestres de Santa Maria	Grátis	€ 3,00
Brochuras		
O Consumo e as suas implicações no Ambiente	Grátis	€ 1,00
Viagem no Tempo	Grátis	€ 1,00
Educar para a Energia	Grátis	€ 1,00
Pensar como uma Montanha de Aldo Leopold	Grátis	€ 1,00
Guia de Interpretação da Flora da Reserva Natural da Lagoa do Fogo	Grátis	€ 3,00
Flora no Litoral dos Açores Avifauna no Litoral dos Açores	Grátis	€ 3,00
Áreas Protegidas e Turismo – Conflito intransponível?	Grátis	€ 1,00
Desdobrável Sete Cidades - Paisagem Protegida	€ 1,00	€ 3,00
Merchandising		
Calendário 2010/2011	Grátis	€ 3,00
Caneca "Gruta do Carvão"	€ 7,00	€ 8,50
Casacos de Chuva	€ 5,00	€ 10,00
Colecção postais "Cavidades Vulcânicas" 6 postais	Grátis	€ 5,00
Colecção postais "Gruta do Carvão" 4 postais	Grátis	€ 3,00
T-Shirt "Amigos dos Açores"	€ 2,00	€ 6,00
T-Shirt "Este ano salve um Cagarro"	€ 3,00	€ 6,00
T-Shirt "Gruta do Carvão"	€ 5,00	€ 8,00
Pins "Amigos dos Açores"	€ 0,50	€ 2,00
Chapéu "Amigos dos Açores"	€ 4,00	€ 6,00

Novos Sócios

Os **AMIGOS DOS AÇORES** são uma associação regional de defesa do ambiente, independente do poder político-económico e apartidária, que vem, desde 1984, trabalhando ininterruptamente a favor da conservação da maior riqueza dos Açores: o seu património natural.

No entanto, uma associação como esta, para desempenhar ainda melhor o seu papel, tem de continuar a aumentar a sua principal base de apoio: os seus associados.

Porque é fundamental contribuir para a garantia da existência de uma voz independente e firme na defesa do ambiente nos Açores, vimos convidá-lo(a) a aderir aos Amigos dos Açores, para tal basta preencher a ficha que junto enviamos e devolvê-la para:

AMIGOS DOS AÇORES

Avenida da Paz, 14

9600-053 PICO DA PEDRA

Preencher em maiúsculas e devolver por correio para a morada acima indicada:

BOLETIM DE INSCRIÇÃO

SÓCIO N.º _____	
Quota anual 15 €	<input type="checkbox"/> Outro Valor <input type="checkbox"/> (quota + donativo) _____, _____ €
NOME _____	
MORADA _____	
LOCALIDADE _____	CÓDIGO POSTAL _____
TELEFONE _____	E-MAIL _____
PROFISSÃO _____	DATA DE NASCIMENTO ____/____/____
N.º DO B. IDENTIDADE _____	N.º DE CONTRIBUINTE _____
DATA ____/____/____	ASSINATURA _____

A associação passará recibo, como donativo, de qualquer contributo acima do valor de 10, o qual poderá ser deduzido à colecta do ano para efeitos de IRS ou IRC.

Se deseja efectuar o pagamento de quotas por transferência bancária, por favor preencha em maiúsculas e devolva devidamente assinado:

AO BANCO _____

Agência de _____

_____, ____ de _____ de _____

Exmos. Senhores,

Por débito na minha conta com o NIB _____ nesse Banco, solicito que transfiram para crédito da conta dos AMIGOS DOS AÇORES com o NIB 003800009399438830195 (Agência de Calheta do BANIF AÇORES), a importância de _____ (_____), no primeiro dia útil de _____ de cada ano, até instruções minhas em contrário. Agradeço ainda que, ao efectuarem as transferências, indiquem sempre o nome completo e morada do ordenante. Esta ordem anula todas as eventuais anteriores.

De V.Ex.as.

Atentamente

(nome completo)

(assinatura idêntica à existente no Banco)

"A TERRA QUE NÃO QUEREMOS"



Amigos dos Açores

Associação Ecológica